

## **Ensaio: Comentários sobre a obra a “A Educação não formal e a cidade educadora”, de Jaume Trilla Bernet<sup>105</sup>**

Essay: Comments about “The non-formal Education and educating city”, by Jaume Trilla Bernet

Recebido em: 22 de julho de 2011

Aprovado em: 20 de novembro de 2011

**Susel Cabrera Machado Alves Mendes**

Mestranda do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana.

E-mail: [suselmendes@yahoo.com.br](mailto:suselmendes@yahoo.com.br)

Esta obra objetiva desenvolver nos educadores a preocupação com a formação permanente e global do aluno que ao conhecer à cidade possibilita a re-significação tanto da própria identidade da cidade, para uma provável intervenção e construção do meio social e urbano; e uma real decodificação dos reais propósitos existentes da relação do(s) sujeito(s) com os objetos (espaços sociais e culturais). Assim, permite compreender qual é o grupo social, econômico e cultural beneficiado para que propósito eles existem e quem usufrui dos seus benefícios.

Para tanto, Trilla Bernet <sup>106</sup> utiliza como ponto de partida para sua discussão o artigo da UNESCO de Jacques Delors (1995), dialogando com outros autores que também abordam a idéia de que toda cidade é potencialmente educadora e participante do processo de aprendizagem.

Sendo assim, o autor aborda o conceito de Educação dentro de uma pedagogia moderna, sendo a chave para entrar no século XXI, especialmente pelo apreço da educação ao longo da vida, mencionando o artigo da UNESCO de Jacques Delors

---

105

A educación non formal e a cidade educadora. Dúas perspectivas (unha analítica e outra globalizadora) do universo da educación, *Revista Galega do Ensino*, Especial: A educación no século XX, no. 24, setembro, 1999, p. 199-221.

106

Jaume Trilla Bernet é professor-doutor da Faculdade de Educação e membro da Pesquisa em Educação Moral (GREM) da Universidade de Barcelona, autor de várias publicações e diretor de projetos de pesquisa sobre a Educação formal e não-formal, Desenvolvimento Moral e Educação em Valores.

(1995) que contem três partes: a primeira relata o tema sobre as necessidades educativas que vão ser satisfeitas por criar pedagogias e conceitos novos para dar conta da expansão e da diversidade do universo educativo; a segunda constitui em uma breve descrição do setor de educação não formal; a terceira parte além de assinalar para a importância relevante da Educação não formal, defende sobretudo modelos pedagógicos e políticos educativos que não parecem e desagreguem em excesso o processo educativo, mas incluindo modelos que considerem holística e sinergicamente. Assim, toma-se como exemplo a ideia de cidade educadora que integra e resolve tanto a educação formal e não formal.

A educação não formal sempre existiu, sendo inclusive anterior à Educação formal, no entanto, as exigências ao discurso pedagógico concentram-se mais na escola, demonstrando ser de sua responsabilidade ações educativas que culminam numa reflexão pedagógica tanto teórica, como metodológica e instrumental.

É nítido compreender a condição de que o desenvolvimento educativo e a satisfação das necessidades sociais de formação e aprendizagem passam pela escola, e que a escola chegue a todos, e quantos mais anos de escolaridade melhor. A melhoria da qualidade da educação constitui os objetivos centrais de todas as políticas educativas progressistas do século XX.

Sem dúvida as pessoas se educam além da escola e da família e essa influência, boa ou má, que recebem da comunidade pode ser mais potente que a própria escola. Por outro lado, percebe-se que a escola apesar de ser a forma educativa mais importante não é a única possível e nem ótima para todos os tipos de aprendizagem ou para qualquer situação. Para certas pessoas a escola se mostra insuficiente e quando não desapropriada.

A partir da segunda metade século XX uma série de fatores sociais econômicos e tecnológicos tem gerado novas necessidades tecnológicas que por sua vez, se sustentam em inéditas possibilidades pedagógicas (não escolares). Alguns desses fatores são: o aumento da demanda educacional (adultos e 3ª idade); a transformação do mundo do trabalho, exigindo capacitação profissional e atualização; a utilização do tempo livre para atualização de modo informal; a comunicação em massa sendo um meio que demonstra as contradições da escola e a necessidade de descentralizar e reformular suas funções, não sendo o único exclusivo espaço educativo; o desenvolvimento de novas

tecnologias que possibilitam redesenhar processos de formação e aprendizagem dos sistemas presenciais da escolaridade convencional; a necessidade de levar práticas educativas para setores da população em conflito social e economicamente marginalizados, para prosperar justiça social, o estado de bem estar social ou para controle social.

Há um ponto em comum entre os discursos produzidos, sendo relevante frisar, que a escola não pode ser uma solução para todos os males da educação como comentam o discurso tecnocrático-reformista da crise da educação nos finais dos anos sessenta e setenta. As análises eram amplas e pareciam bem fundamentadas, mas as críticas se acirravam para os contextos sociais, políticos e econômicos que produziam os sistemas educativos. O lema era reformular, modernizar, readaptar os sistemas educacionais vigentes para absorver as crescentes e heterogêneas demandas, e para cumprir melhor as expectativas que sobre eles faziam recair a sociedade. As críticas radicais às instituições escolares referem-se aos autores e obras que rotulam as instituições como paradigma de reprodução, outros mais críticos dizem que a escola deve ser destituída. E havia uma fala sobre dispositivos da microfísica do poder, em que a escola e as instituições são retratadas como mecanismo reprodutor e aparelho ideológico do estado. E ainda, muitas das críticas aplicadas às escolas poderiam ser também alvos das instituições não formais.

As pessoas podem se educar sempre, demonstra a educação permanente, do nascimento até a morte. Deste modo, coloca-se em prática que a educação exige dispor outros processos educativos, além da escola e a partir da educação permanente, extraescolar, informal, não formal. A educação não formal se define como um conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferencialmente desenhadas em função de objetivos explícitos de formação e de instrução, que não estão diretamente dirigidos com a mesma divisão de graus regrados dos próprios sistemas educativos.

No discurso pedagógico, mesmo tendo significados distintos, cumpre uma função semelhante, o da educação permanente. Trata-se da sociedade educativa ou sociedade de aprendizagem ou inclusive a ideia de cidade educadora.

O grau de parentesco compartilhado entre os conceitos de educação permanente, não formal e informal, sociedade de aprendizagem, cidade educadora, pode-se resumir em dois princípios gerais que na realidade se complementam: princípios da

heterogeneidade e globalidade (integração). O primeiro princípio, a educação é um fenômeno extraordinariamente amplo, diverso, heterogêneo, quase ambíguo; o segundo reconhece que a heterogeneidade da educação ao mesmo tempo necessita de uma visão holística, global e integradora do processo educativo.

O sujeito ao se educar na escola não está alheio ao que ocorre na rua, na família, etc. O indivíduo integra de forma muito complexa sua experiência de todos os heterogêneos influxos educativos recebidos aqui e lá.

No âmbito da própria escola, as amplas propostas educativas surgidas do setor não formal, são conhecidas por atividades extracurriculares ou servem de reforços a sua atuação (visitas e outras atividades organizadas por empresas, instituições culturais, organizações não governamentais, administração pública).

A formulação *globalizadora* está inserida na ideia de cidade educadora que se discute a partir de um novo paradigma. O parcelamento do universo educativo consiste em distinguir diferentes tipos de educação (formal, não formal e social). A ideia de cidade educadora é uma forma de reintegrar a educação holisticamente de forma globalizadora.

O termo, cidade educadora, se estabeleceu na Grécia clássica e faz referência aos termos: “paideia<sup>107</sup> e polis<sup>108</sup>” sendo uma pedagogia mais antiga. O termo se tornou mais citado na década de 70, e mencionado no informe de E. Faure et al <sup>109</sup>; em seguida a essa época o termo foi adormecido e voltou à tona e se tornou intenso nos anos 90<sup>110</sup>.

---

107

O termo também significa a própria cultura construída a partir da educação. Era o ideal que os gregos cultivavam do mundo, para si e para sua juventude. Uma vez que o governo próprio era muito valorizado pelos gregos, a Paidéia combinava ethos (hábitos) que o fizessem ser digno e bom tanto como governado quanto como governante.

108

Polis é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos ( no grego “politikos” ), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e “iguais.

109

UNESCO Desenvolvimento pela Educação criado em 1971 - – Educação aprender a ser, De Edgar Faure

110

1º Congresso Internacional de Cidade Educadora, novembro 1990, CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

Toda ação educativa se realiza num meio. O meio condiciona a ação. O educador também configura o meio. Esta condição aplica a qualquer meio educativo micro meio (uma classe) e macro meio (cidade inteira).

Todas as cidades educam, em graus diferentes, o que nos interessa saber é o como educa cada cidade. A proposta em nível educativo demonstra dois paradigmas: todas as cidades devem educar, e as cidades devem educar cada vez mais e melhor. Devemos verificar quais os critérios e os tipos de ação que deveríamos colocar em prática para otimizar as dimensões educadoras das cidades.

O autor apresenta três dimensões entre a relação: educação e cidade. A primeira consiste em considerar a cidade como lugar de educação: Aprender na cidade. A segunda faz o meio urbano como um agente educador: aprender da cidade, e a terceira está contida na própria educação: aprender educação na cidade.

**Aprender na cidade** - se aprende a partir da estrutura formada por várias instituições educativas (escolas, universidades, faculdades etc) e instituições educativas não formais.

**Aprender da cidade** – se aprende por meio das redes de recursos e meios: centros cívicos, museus, zoológicos, bibliotecas, associações culturais.

**Aprender educação na cidade** – se aprende através dos processos educativos eventuais gerados na cidade para satisfazer as demandas eventuais: congressos, exposições, campanhas, feiras, eventos, celebrações etc.

A cidade, ou concretamente a rua, é um importante espaço socializador de relações sociais, econômicas, culturais, de residência, de pertencimento de minoria étnica ou cultural, sensorial ou física que atuam, discriminatoriamente, para gozar da cidade educadora. Porém, o que se constata é a triste prioridade das cidades de se adequarem para o tráfego motorizado que se aliam aos fatores como: crescimento selvagem, especulação imobiliária, degradação do solo, marginalidade, tornando a cidade em zonas perigosas para o passeio, para a relação cordial e relaxada entre as vizinhanças.

A educação informal que ocorre na cidade não é seletiva, do ponto de vista formativo, ela pode ser para o bem ou para o mal, por um lado pode-se aprender

informalmente a cultura, a civilidade, o bom gosto e, por outro lado, a agressividade, o consumismo, a indiferença. A cidade que se assume como educadora deve elucidar seu currículo oculto e ter um projeto educativo para gerar valores e atitudes positivas.

A cidade é um amplo depósito de recursos. As indagações apontam para as instituições pedagógicas se preparam as pessoas para ascenderem por sua própria conta as possibilidades educativas e culturais dos meio urbanos?

A cidade não é um objeto que se aprende externamente, de longe, mas internamente. As instituições educativas devem facilitar os seus destinatários a obter três imagens da cidade: uma subjetiva que cada um se forma; outra mais objetiva, global e profunda que as próprias instituições educativas há de contribuir a configurar a partir da imagem anterior; e por último, partindo da imagem formada pelo desejo que se confronta com realidade presente, permite orientar-se para edificar uma a cidade melhor e mais educadora para todos.

Dessa forma, a Cidade Educadora é como uma nova dimensão da Educação, devendo refletir sobre a construção da cidadania, como processo que permite ao indivíduo tornar-se cidadão, assegurando a educação para todos é fazer justiça social e garantir o direito de ter direitos.

Nessa acepção, a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal, mas resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações governamentais ou não.

Portanto, embora esse livro tenha sido escrito em 1999, continua extremamente atual, sendo uma referência teórica importante para educadores comprometidos com a efetiva educação plena e globalizadora.